

EDUCAÇÃO

Desde a década de 1960, a população brasileira passou a ser majoritariamente urbana. Hoje, o país está entre os mais urbanizados do mundo, com cerca de 80% de seus habitantes morando nas mais de 5 mil cidades de nosso país. Todavia, nos últimos anos, as questões relacionadas à cidade ganharam ainda mais importância e, em Juiz de Fora, o cenário demanda atenção, uma vez que sua expansão sem planejamento agrava antigos problemas e gera novas tensões. A construção de uma cidade mais justa, livre, igualitária e feliz para todas e todos perpassa a realidade e as contradições de cada rua, avenida, subúrbios, condomínios e comunidades...

Acreditamos que uma outra cidade é possível!

Nesse sentido, precisamos superar o atual modelo de cidade, que tem sua dinâmica baseada na destruição ambiental, na desigualdade social, na concentração de riqueza, no patrimonialismo, no racismo, no machismo, na LGBTQI+ fobia e no fundamentalismo religioso. Nossa proposta visa ao fortalecimento da democracia, a qual desejamos por inteiro e não pela metade. É necessário vivenciá-la não somente nos gabinetes da prefeitura, mas nos demais espaços públicos, configurando uma plataforma de ações ampla e transversal às políticas setoriais, a fim de garantir a participação popular, promover a justiça socioambiental e defender as liberdades daqueles que são oprimidos em razão de sua classe, gênero, raça, idade, sexualidade, religião, corpo ou cultura.

Acreditamos que governar não é dirigir. Governar é dar as condições para que as pessoas possam dirigir a si mesmas. Tal premissa estava no centro das manifestações de junho de 2013, as quais localizaram o debate sobre a qualidade de vida nas cidades no centro das reflexões. A revolta da população revelou o esgotamento deste modelo de cidade-negócio, em que o poder público não dialoga com os cidadãos e o dinheiro é mais livre do que as pessoas, transformando a gestão pública em um autêntico balcão de negócios.

É no âmbito dessa reflexão e, tendo em vista o aprofundamento da recessão econômica que, conjunturalmente, já se instalava em todo o globo em função da usura capitalista que precisamos compreender a localização das propostas que ora, coletivamente, são elaboradas e expostas neste documento.

A EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA E O TRIPÉ GESTÃO DEMOCRÁTICA, AUTONOMIA PEDAGÓGICA E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL SOB A ÓTICA DO CAPITAL

O neoliberalismo, compreendido sob a ótica de um projeto de classes voltado a destruir a força da classe operária, atrelado à emergência de um novo padrão industrial, minou as bases materiais que sustentavam as relações constitutivas do mundo do trabalho, desestruturando-o e aumentando enormemente a insegurança dos trabalhadores. Insegurança que se amplifica, alcançando a renda, a representação do trabalho, a estabilidade do emprego, as contratações e, obviamente, o acesso ao emprego.

Implantado no marco da crise econômica de 1970, o Neoliberalismo, ancorado no novo padrão de trabalho flexível, não poupou, desde sua formação, esforços vários ao impor transformações nos sistemas de ensino, a fim de neles incorporar sua lógica. Através de uma perspectiva relacionada à modernização das unidades escolares, à qualidade total, à abertura aos financiamentos do capital privado e à busca por competitividade, o modelo neoliberal vem criando raízes nos processos educacionais.

No que tange à jornada de trabalho, fator que influencia de forma categórica a qualidade de vida do trabalhador e, portanto, pauta de históricas reivindicações, a singularidade do emprego docente se manifesta em uma jornada que engloba o tempo ocupado pelas horas-aula e aquele período de trabalho destinado ao conjunto das demais atividades inerentes à dinâmica docente. No bojo de uma revolução tecnológica fortemente apoiada na informática e na transmissão digital de informações, esse tempo de trabalho extraclasse tem sido enormemente ampliado e intensificado através de uma série de plataformas digitais (desenvolvidas por grandes grupos empresariais) que vêm sendo implementadas nas escolas.

Segundo dados da Prova Brasil, realizada em 2017, 75% das professoras e professores entrevistados tem uma carga horária de 40, ou mais, horas de trabalho semanal, sendo que 66% deles estimam gastar 1/3, ou mais, de sua carga horária com atividades extraclasse. Para grande parte desses docentes (43%) a jornada de trabalho se torna ainda mais desgastante, uma vez que já dividem seu trabalho entre duas ou mais escolas (QEDU,s/d). Além do desgaste gerado pelos transtornos inerentes ao deslocamento e à perda do tempo livre, a situação de precarização decorrente desse

contexto atinge a renda e a relação do (a) educador (a) com sua escola, tornando-a mais efêmera e dificultando o estabelecimento de um sentimento de identidade.

Em Juiz de Fora, só nas escolas municipais são mais de 6.000 profissionais que se dedicam a essas extensas jornadas se dedicando à educação de mais de 30.000 alunos, distribuídos em 133 escolas, sendo 10 delas na zona rural do município. Embora a grande maioria dessas escolas possua condições apropriadas saneamento, com edificações razoáveis, um número significativo apresenta carência de condições para o atendimento integral do aluno, como por exemplo, apenas 35% dessas edificações atendem as exigências de acessibilidade, 52% não possuem espaços apropriados para práticas esportivas e na sua grande maioria faltam espaços para atividades práticas dos diversos conteúdos.

O Estado reformado a partir da lógica do capital reestruturado impõe, do mesmo modo, reformas educacionais, as quais encontram sua centralidade nas condições que alicerçam o trabalho docente, tornando-o cada vez mais controlado por interesses empresariais e direcionando-o, igualmente, para a formação de trabalhadores que se enquadrem e atendam às exigências do novo padrão de acumulação flexível. Esse processo, para se tornar efetivo, é acompanhado por revisões contínuas nos contratos e planos de carreira que visam a pressionar para baixo os salários e a ampliar e intensificar as jornadas de trabalho.

Estamos diante de um “projeto de educação” enraizado em um governo ultraliberal, insensível e que pretende tornar a educação um mero objeto a ser mercantilizado. Absurdos são desferidos cotidianamente, almejando de toda forma restringir a reflexão, o debate e o pensamento crítico. Ao mesmo tempo, disseminam-se ideologias altamente perversas aos estudantes das escolas públicas, tais como a crença cega no empreendedorismo; incentiva-se a expansão do modelo de Ensino a Distância (EAD), que tende a precarizar ainda mais o processo de ensino-aprendizagem e o trabalho docente e, conseqüentemente, promove-se, dada as vicissitudes da conjuntura atual, a implantação de um laboratório privilegiado dessa modalidade em todas as redes de ensino público do país.

O quadro é sério. Hoje os investimentos realizados na área da educação não estão em acordo com as demandas das comunidades escolares. Faltam canais efetivos de escuta para democratizar a gestão e planejar as prioridades das políticas de educação

em conformidade com as reais necessidades das escolas e creches e é justamente dentro dessa realidade que precisamos construir não apenas um Projeto político partidário, mas um Projeto de Educação para o município de Juiz de Fora.

Princípios que norteiam nossas propostas para a educação:

- Compreender o internacionalismo como um elemento indispensável para construção de uma forte organização nacional, valorizando a solidariedade e a organização que devem existir entre os (as) trabalhadores (as). Afinal, as correlações de força na luta de classes na esfera nacional não podem desconhecer que são fortemente condicionadas pela relação de forças internacional.
- Estabelecer um panorama de educação que busque compreender e atender as demandas heterogêneas da classe trabalhadora, pautado na discussão de um projeto socialista, como princípio estratégico na superação da ordem capitalista.
- Defender os processos de gestão democrática em toda a rede municipal de educação, com a eleição de diretores e vice-diretores nas escolas e creches, observando, ainda, a construção/ valorização de conselhos gestores de caráter deliberativo nas comunidades escolares.
- Promover estudos para a implantação da Educação integral, ainda que a longo prazo, em toda rede municipal.
- Desenvolver programas e projetos educacionais em todas as escolas da rede municipal, a fim de combater todas as formas de opressão, como o racismo, o machismo, a misoginia e a homofobia, valorizando as diversas manifestações étnicas/culturais e livre expressão sexual.
- Priorizar os gastos públicos com a educação, saúde e infraestrutura, trabalhando para a derrubada do chamado “teto de gastos” e para a taxação de grandes fortunas.
- Resgatar a independência política dos trabalhadores (as) através da formação e da educação para auto-gestão.

É urgente, portanto, a afirmação de um projeto de educação dos trabalhadores para Juiz de Fora! Um projeto que tenha corpo e densidade para se tornar o centro da

luta dos trabalhadores da educação, tendo por base os princípios acima e por consequência as PROPOSTAS.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Investir na formação de professores e na confecção coletiva e plural de material pedagógico, a fim de combater o machismo, a homo/lesbo/bi/transfobia e a discriminação racial nas escolas e creches municipais, respeitando e valorizando a diversidade;
- Implementar políticas inclusivas nas escolas, evitando a evasão de pessoas trans e travestis e a discriminação de pessoas LGBTQIA+, capacitando o corpo docente e administrativo da cidade, por meio de uma construção coletiva entre professores, universidades, comunidades, conselhos LGBTQIA+ e centros de referência, proporcionando, também, a execução de uma política integrada com a Assistência Social e o Centro de Referência LGBTQIA+ de forma a mediar as relações familiares conflituosas, acolhendo os LGBTQIA+;
- Promover a inclusão e a valorização das culturas de matriz africana e indígena nos conteúdos curriculares das escolas públicas do município, através de programas de formação continuada e convênios com os grupos de pesquisa da UFJF para os profissionais da educação, visando sua ativa participação na erradicação de todas as formas de preconceito;
- Realizar concurso público para preenchimento de TODAS as vagas existentes no quadro do magistério, incorporando os novos profissionais ao atual plano de carreira (conquistado a partir de décadas de lutas) e assim garantir: 1/3 de planejamento extraclasse para todas e todos os professores; adicional para pós lato-sensu, mestrado e doutorado, bem como a garantia de licenças para estudo;
- Fortalecer a política de formação continuada de professores a partir das necessidades reais identificadas pelas comunidades escolares, redimensionando a função do Centro de Formação de Professores através do diálogo constante com a UFJF.
- Integrar as políticas de Cultura e Educação no intuito de transformar as escolas municipais em polos de preservação da memória dos bairros e de promoção da cultura popular;

- Auditar e verificar a possibilidade de encerramento dos contratos entre a prefeitura e as empresas privadas de educação, ampliando de forma correspondente a cobertura da rede pública municipal;
- Ampliar e fortalecer os conselhos escolares a fim de, juntamente com o Fórum Municipal de Educação, elaborar um novo Plano Municipal de Educação (instituindo-o como referência central da elaboração de políticas de educação em Juiz de Fora), contando com a participação de representantes de todas as escolas, suas comunidades e em colaboração com a UFJF;
- Convocar a Conferência Municipal de Educação para analisar a atualização do referido plano;
- Transformar o Conselho Municipal de Educação em órgão de Estado, ao invés de mantê-lo como órgão de governo, fortalecendo a participação democrática através de uma composição plural, representativa e dinâmica de seus quadros;
- Converter o Fórum Municipal de Educação em órgão de Estado, integrante do Sistema Municipal de Educação, fortalecendo a participação democrática;
- Oferecer educação especial na perspectiva inclusiva, garantindo a participação efetiva da família no processo educacional, disponibilizando transporte adequado e priorizando a oferta de vagas em unidades escolares aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação; oferecendo, ainda, o acompanhamento por profissionais especialistas;
- Dar formação em Direitos Humanos e Diversidade Sexual para os agentes públicos, destacando a importância e necessidade do enfrentamento à LGBTQIA+fobia e ao sexismo na construção de um projeto democrático de sociedade;
- Garantir uma política de vagas para jovens e adultos na rede municipal de educação, observando, atentamente, as vozes dos professores e professoras, sua inserção no orçamento municipal e a demanda de vagas necessária;
- Garantir a laicidade nas escolas da rede municipal de educação;
- Observar as condições físicas dos aparelhos escolares, tendo em vista as reformas dos prédios escolares que obedeçam a estilos arquitetônicos apoiados na estética, na liberdade e no diálogo com o ambiente externo, tendo como pano de fundo a atual emergência sanitária, ouvindo as demandas da comunidade e respeitando

critérios de acessibilidade (rampa de acesso para deficientes físicos, proteção nas sacadas e corrimão em todas as escadas de acesso a outros pisos);

- Estimular a construção de uma cultura de respeito aos bens públicos de forma a manter os equipamentos e o material didático livres do vandalismo, promovendo seu uso consciente e sem desperdício dos materiais. Prédios bem conservados, ajardinados, limpos, livres de rachaduras, trincas, goteiras, vazamentos, infiltrações, bolores, descascamentos, com elevadores funcionando, dentre outras características de espaços dignos para as pessoas que neles estudam e trabalham são essenciais;
- Ampliar o diálogo com APES;
- Democratizar os meios de comunicação, fomentando a polifonia e a pluralidade cultural, garantindo, por extensão, o combate às Fake News;
- Fortalecer o caráter público do Sistema Municipal de Educação a partir da revisão da lei que institui o Sistema Municipal de Educação de JF, a fim de ampliar e fortalecer as instâncias e a participação popular a partir do princípio da gestão democrática;
- Instituir a Conferência Municipal de Educação como instância de ampla participação popular e de caráter permanente do Sistema Municipal de Educação, reunindo-se a cada 2 anos, pelo menos;
- Assegurar que a Secretaria de Educação seja um órgão de execução de políticas públicas de Estado do Sistema Municipal de Educação, com participação nas demais instâncias, quebrando a velha tradição da autocracia na educação municipal;
- Construir o orçamento da educação a partir de assembleias escolares e da Conferência Municipal de Educação;
- Impedir as investidas de organizações empresariais em escolas públicas municipais;
- Assegurar a oferta de creches e pré-escolas para população de 0 a 5 anos nas escolas públicas, pondo fim à política de contratação de organizações/empresas privadas para o atendimento educacional das crianças;
- Reativar e fortalecer o Fundo de Apoio à Pesquisa na Educação Básica (FAPEB);
- Fortalecer a revista Cadernos do Professor como veículo de divulgação científico-pedagógica para fortalecimento da educação pública.